



MANUAL DE DEFESA DE DIREITOS

PERIGO DE CONSCIENCIALIZAÇÃO!!!



CONTÉM
INFORMAÇÃO
ÚTIL PARA
MELHORAR
CONDIÇÕES
DE VIDA!

O QUE É A PRC2026?



Todos os anos, a Frente Comum entrega ao governo a sua Proposta Reivindicativa Comum (PRC) para o ano seguinte. Este ano já entregámos a PRC2026. É o documento que contém todas as reivindicações gerais dos trabalhadores da Administração Pública, discutidas nos Sindicatos e aprovadas numa Cimeira.



São 73, tendo-se
definido 5 como
prioritárias.

PORQUE É QUE ISSO ME INTERESSA?

Só estarás em condições de defender os teus direitos se estiveres devidamente informado e isso é o que o governo não quer que aconteça.

O governo - por Lei - é obrigado a negociar todas as propostas que a Frente Comum apresenta.

Para garantir que isso se concretiza, o teu papel é determinante: quanto melhor conheceres as propostas e a sua fundamentação, em melhores condições estarás de lutar por elas e convencer outros a fazer o mesmo.

QUAIS SÃO AS PRIORIDADES REIVINDICATIVAS PARA 2026?



São 5 as reivindicações prioritárias.
Vamos conhecê-las uma a uma:



1

**AUMENTO SALARIAL NÃO INFERIOR A 15%,
NUM MÍNIMO DE 150 €, PARA TODOS OS
TRABALHADORES E AUMENTO DA BASE
REMUNERATÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA PARA 1.050 €, COM EFEITOS A
1 DE JANEIRO DE 2026**

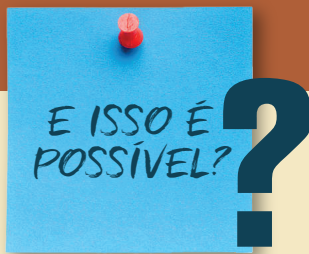
PORQUÊ?

Porque é necessário interromper o caminho de empobrecimento dos trabalhadores da Administração Pública! Nas últimas décadas perdemos mais de 20% do poder de compra e o custo de vida, em áreas como a habitação e bens essenciais, não para de aumentar.

Sim. É possível!

Os trabalhadores da Administração Pública em Portugal ganham cerca de metade do que ganham, em média, os seus colegas dos outros países da União Europeia.

Só nos primeiros seis meses de 2025, os grandes grupos económicos lucraram, em média, 29 milhões € por dia. Este valor tem vindo a aumentar de forma muito significativa nos últimos anos e contrasta diretamente com a perda de poder de compra dos trabalhadores. Acresce que estas são as empresas com mais benefícios fiscais, o que retira ao Estado recursos que deveriam ser investidos nos Serviços Públicos.



E ISSO É
POSSÍVEL?

Ainda assim, há dinheiro no Orçamento do Estado para garantir o aumento dos salários, sem colocar em risco as contas públicas. Bastaria uma pequena percentagem – menos de 5% – da rubrica “Aquisição de Serviços Externos” para pagar os aumentos que reivindicamos. O que falta mesmo, é vontade política.

É necessário lembrar que o aumento dos salários também beneficia os cofres do Estado! Com o aumento dos salários, há maior receita fiscal, cresce o consumo dinamizando-se a economia e contribui-se para uma maior sustentabilidade da Segurança Social!

REPOSIÇÃO E/OU ATRIBUIÇÃO DO VÍNCULO DE NOMEAÇÃO DEFINITIVA A TODOS OS TRABALHADORES QUE EXERÇAM FUNÇÕES PÚBLICAS DE CARÁCTER PERMANENTE

O QUE É O VÍNCULO DE NOMEAÇÃO DEFINITIVA ?

É o único vínculo que permite duas coisas essenciais:

?



ERRADICAR A PRECARIEDADE

Trata-se de um vínculo definitivo, celebrado com o Estado e não com uma qualquer instituição pública, fundação, ou empresa pública

Esta reivindicação é da maior importância pois é este vínculo, quando aplicado a todos os trabalhadores, que permite acabar com as diferenças de tratamento e de direitos que hoje existem na Administração Pública, ao mesmo tempo que permite que quem trabalha para o Estado seja mesmo Funcionário Público e não um Contratado.

PROTEGER OS SERVIÇOS PÚBLICOS

É o único vínculo que assegura que os postos de trabalho se mantêm, independentemente das vontades e apetites deste ou daquele gestor ou governante. A base para a criação de cada posto de trabalho são as necessidades das populações e não outras.

QUAL É O CUSTO DESTA MEDIDA?

ZERO EUROS!!!

Tratando-se de uma alteração de vínculo, o custo imediato para os cofres do Estado seria zero.



3

VALORIZAÇÃO DE TODAS AS CARREIRAS E PROFISSÕES

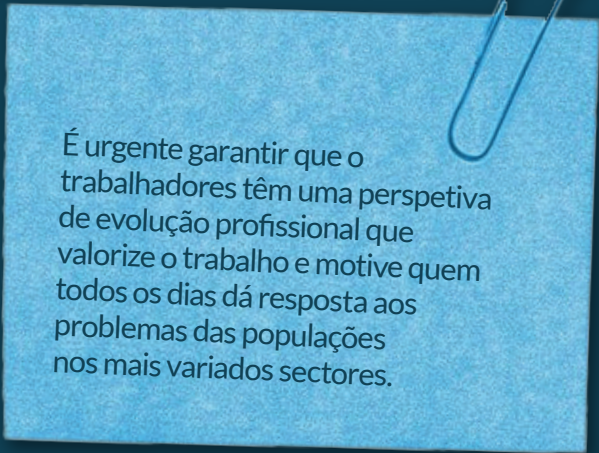
Em Portugal, o número de trabalhadores das Administrações Públicas é cerca de 15 % do total dos trabalhadores no país. A média, na União Europeia, é de cerca de 20%. Isto demonstra claramente, por um lado, a falta de trabalhadores nos diferentes serviços, por outro, a falta de atratividade da Administração Pública como local de trabalho.



15%
PORTUGAL



20%
UE



É urgente garantir que o
trabalhadores têm uma perspetiva
de evolução profissional que
valorize o trabalho e motive quem
todos os dias dá resposta aos
problemas das populações
nos mais variados sectores.

**REVOGAÇÃO DO SIADAP E SUA
SUBSTITUIÇÃO POR UM SISTEMA DE
AVALIAÇÃO SEM QUOTAS, FORMATIVO,
TRANSPARENTE, EQUITATIVO E JUSTO,
QUE VALORIZE, REALMENTE,
OS TRABALHADORES, POTENCIANDO
O DESENVOLVIMENTO E PROGRESSÃO
PROFISSIONAIS.**

**ATÉ À SUA CONCRETIZAÇÃO EXIGE-SE,
NO IMEDIATO: A ELIMINAÇÃO DAS
QUOTAS E A ALTERAÇÃO OBRIGATÓRIA
DE POSICIONAMENTO
REMUNERATÓRIO NO MÁXIMO
COM 4 PONTOS**



O SIADAP é um sistema injusto, que promove a divisão dos trabalhadores e a sua estagnação salarial!

Ninguém tem medo de ser avaliado, o problema é que se a avaliação é injusta e tem consequências diretas na progressão, não se trata de nenhuma avaliação – trata-se de um instrumento de controle de despesa e incentivo da desmotivação, ao serviço do governo.

O primeiro e mais urgente passo no caminho da revogação do SIADAP será retirar-lhe os elementos mais nefastos: as quotas e o número de pontos necessários para subir de posição remuneratória.

ADOÇÃO DE POLÍTICAS QUE GARANTAM A REVERSÃO DO CAMINHO DE DESTRUIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, RESPEITANDO A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, COM ESPECIAL ENFOQUE NAS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO



Os sucessivos governos têm promovido uma política de desinvestimento nos Serviços Públicos e nas Funções Sociais do Estado.

COMO ASSIM
"POLÍTICA DE
DESINVESTIMENTO"

?!

Nos últimos Orçamentos do Estado (do actual governo PSD, CDS-PP e nos do PS), a verba para o "investimento público" ficou muito abaixo das praticadas noutros países da União Europeia e ainda mais abaixo das verdadeiras necessidades. Os montantes orçamentados, em muitos sectores, nem chegam para garantir a manutenção de instalações e equipamentos, muito menos para assegurar a sua renovação.

Para além disto, mesmo essas verbas insuficientes à partida, não são executadas... Em média, apenas 30,8% das verbas orçamentadas para investimento foram gastas, Há sectores onde a realidade ainda é pior, como na Saúde, que viu por executar 53,7% do reduzido investimento previsto.

Os Orçamentos do Estado têm sido, objetivamente, instrumentos de degradação dos Serviços Públicos!

O QUE HÁ MAIS NA PRC?

Desde propostas sobre aposentação e reforma, à eleição dos cargos de chefia, muitas são as propostas

COMO VAMOS CONQUISTAR ISTO TUDO?

É nisso que o teu papel é determinante! Agora que já conheces melhor as propostas que defendem os teus direitos, chegou a hora de lutarmos pela sua concretização.

O PRIMEIRO PASSO ESTÁ DADO: INFORMASTE-TE!



Agora é importante que divulgues essa informação e que te juntes aos outros trabalhadores na luta pelos interesses comuns. Para isso, se ainda não te sindicalizaste, trata de resolver esse problema!!!

Convidamos-te a conhecê-las todas aqui:



frentecomum.pt

